

---

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES,  
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, CONTANDO  
ADICIONALMENTE COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA E COM GARANTIA ADICIONAL REAL,  
EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE  
DISTRIBUIÇÃO, DA JÚLIO SIMÕES LOGÍSTICA S.A., CELEBRADO**

**ENTRE**

**JÚLIO SIMÕES LOGÍSTICA S.A.,**  
*na qualidade de emissora*

**E**

**OLIVEIRA TRUST DTVM S.A.,**  
*na qualidade de agente fiduciário*

**E, AINDA,**

**FERNANDO ANTONIO SIMÕES,  
JÚLIO SIMÕES PARTICIPAÇÕES S.A. E  
RIBEIRA IMÓVEIS LTDA.**  
*na qualidade de Intervenientes Garantidores,*

**10 DE JUNHO DE 2010**

---

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, CONTANDO ADICIONALMENTE COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA E COM GARANTIA ADICIONAL REAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA JÚLIO SIMÕES LOGÍSTICA S.A.**

Pelo presente instrumento, de um lado

**JÚLIO SIMÕES LOGÍSTICA S.A.**, sociedade por ações com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Angélica, nº 2.346, conjunto 161, parte B, 16º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 52.548.435/0001-79, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (a “Emissora”);

e, de outro lado

**OLIVEIRA TRUST DTVM S.A.**, instituição financeira com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, sala 205, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, na qualidade de Agente Fiduciário, representando a comunhão dos interesses dos titulares das Debêntures da presente emissão (os “Debenturistas”), neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (o “Agente Fiduciário”),

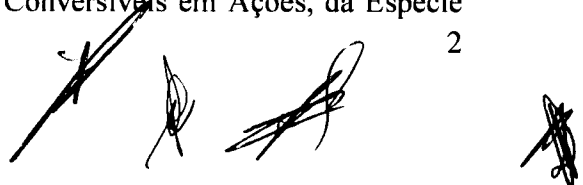
e como Garantidores,

**FERNANDO ANTONIO SIMÕES**, brasileiro, divorciado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 11.100.313-1 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 088.366.618-90, domiciliado na Cidade de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo, na Avenida Saraiva, nº 400 (“Fernando”);

**JULIO SIMÕES PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade por ações com sede na Cidade de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo, na Avenida Saraiva, nº 400, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.415.333/0001-20, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (“Julio Participações”); e

**RIBEIRA IMÓVEIS LTDA.**, sociedade limitada com sede na Cidade de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo, na Avenida Saraiva, nº 400, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.544.616/0001-72, neste ato representada na forma de seu Contrato Social (“Ribeira Imóveis” e, em conjunto com Fernando e Julio Participações, os “Garantidores”).

vêm por esta e na melhor forma de direito firmar o presente Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie



Quirografária, Contando Adicionalmente com Garantia Fidejussória e com Garantia Adicional Real, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Júlio Simões Logística S.A., (a “Escritura”), mediante as seguintes cláusulas e condições:

## **CLÁUSULA I AUTORIZAÇÃO**

1.1. A presente Escritura é firmada com base na deliberação da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 9 de junho de 2010 (a “AGE”), nos termos do artigo 59 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das Sociedades por Ações”).

## **CLÁUSULA II REQUISITOS**

A 2ª emissão, pela Emissora, de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, contando adicionalmente com garantia fidejussória e com garantia adicional real, em série única (“Emissão” e “Debêntures”), e a distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (a “CVM”) nº 476, de 16 de janeiro de 2009 (a “Instrução CVM 476”), das Debêntures (a “Oferta”), serão realizadas com observância dos seguintes requisitos:


### **2.1. Dispensa Automática de Registro na CVM**

A Emissão será realizada nos termos da Instrução CVM 476, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição pública de que trata o artigo 19, *caput*, da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e alterações posteriores.

### **2.2. Arquivamento e Publicação das Atas da AGE**

2.2.1. A ata da AGE que aprovou a emissão foi arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo (a “JUCESP”), em 09 de junho de 2010, sob o nº 0.498.200/10-3, e foi publicada no (i) Diário Oficial do Estado de São Paulo (o “DOESP”) e (ii) no jornal “Valor Econômico”, edição nacional, em 10 de junho de 2010, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

### **2.3. Inscrição e Registro desta Escritura**

The block contains several handwritten signatures in black ink. To the right of the signatures is the number '3'. There is also a small, stylized signature or mark at the bottom right of the page.

2.3.1. Esta Escritura e seus eventuais aditamentos serão inscritos na JUCESP, conforme disposto no artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações.

2.3.2. Esta Escritura e eventuais aditamentos serão registrados ou averbados, conforme o caso, em cartório de Registro de Títulos e Documentos das cidades de Mogi das Cruzes e São Paulo, Estado de São Paulo, e cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, conforme disposto no artigo 129, item 3, da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e alterações posteriores.

#### **2.4. Registro para Colocação e Negociação**

2.4.1. As Debêntures serão registradas para (a) distribuição pública com esforços restritos no mercado primário por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos (o “SDT”), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (a “CETIP”), sendo a distribuição liquidada através da CETIP; e (b) negociação, observado o disposto na Cláusula 2.4.2. abaixo, no mercado secundário por meio do SND – Módulo Nacional de Debêntures (o “SND”), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP.

2.4.2. Não obstante o descrito na Cláusula 2.4.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados (conforme definido abaixo) depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição por Investidor Qualificado, conforme disposto no artigo 13 da Instrução CVM 476.

### **CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO**

#### **3.1. Objeto Social da Emissora**

3.1.1. De acordo com o artigo 3º de seu Estatuto Social, o objeto social da Emissora compreende (i) a exploração dos seguintes serviços: transporte rodoviário de cargas e coletivo de passageiros, nos âmbitos municipal, estadual, federal e internacional; armazenagem de cargas; exploração de despachos aduaneiros e de depósito alfandegado público; prestação de serviços especializados de escolta aos veículos próprios e de terceiros utilizados nos transportes de cargas indivisíveis e excedentes em pesos ou dimensões e de outras que por sua periculosidade dependam de autorização e escolta em transporte; operações portuárias em conformidade com a Lei nº 8.630/93; armazenamento de cargas destinadas à exportação; fretamento e transporte turístico de superfície; logística; operação de terminais rodoviários; operação e manutenção de estacionamento de veículos; operação

e manutenção de aterros sanitários e incineração de lixo e resíduos em geral; coleta e transporte de lixo domiciliar, comercial ou industrial; limpeza pública em ruas, logradouros e imóveis em geral, públicos ou privados (terrenos, edifícios, etc., incluindo-se varrição, capina manual, mecânica e química, roçada, poda e extração de árvores, execução e conservação de áreas verdes, limpeza e manutenção de bueiros, córregos, rios e canais); prestação de serviços mecanizados e/ou manuais, de natureza agropecuária e florestal em imóveis rurais; operação e exploração de pedágios em estradas rodoviárias; conservação, manutenção e implantação de estradas rodoviárias; construção civil em geral; abastecimento de água e saneamento básico (coleta e tratamento de esgotos e efluentes industriais); medição e cobrança de serviços de fornecimento de água, coleta e tratamento de esgoto executados por terceiros; bem como (ii) a locação de veículos, máquinas e equipamentos de qualquer natureza; (iii) o comércio de contêineres plásticos, papelarias plásticas; comercialização (compra e venda) de veículos leves e pesados, máquinas e equipamentos novos e usados em geral; prestação dos serviços de gerenciamento, gestão e manutenção de frota (preventiva e corretiva); intermediação de negócios, contratos e bens móveis, podendo, ainda; (iv) participar de outras sociedades, como sócia ou acionista.

### **3.2. Número da Emissão**

3.2.1. A presente Escritura constitui a 2ª Emissão de Debêntures da Emissora.

### **3.3. Valor Total da Emissão**

3.3.1. O valor total da Emissão é de R\$120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais).

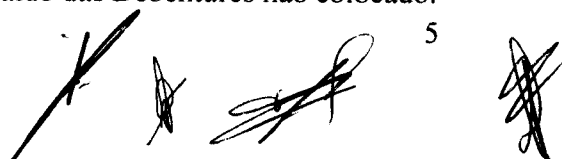
### **3.4. Número de Série**

3.4.1. A Emissão será realizada em série única.

### **3.5. Colocação e Procedimento de Distribuição.**

3.5.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública sob regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures, com a intermediação do BB – Banco de Investimento S.A. (o “Coordenador Líder”), nos termos do Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória e com Garantia Adicional Real, da 2ª Emissão da Júlio Simões Logística S.A., celebrado em 10 de junho de 2010 entre a Emissora e o Coordenador Líder (o “Contrato de Colocação”).

3.5.2. A Emissora não poderá realizar uma nova emissão de debêntures antes que a totalidade das Debêntures seja colocada ou cancelado o saldo das Debêntures não colocadas.



3.5.3. O plano de distribuição da Oferta seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476 (o “Plano de Distribuição”). Para tanto, o Coordenador Líder poderá acessar até no máximo 50 (cinquenta) Investidores Qualificados, sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados.

3.5.4.1. As Partes comprometem-se a não realizar a busca de investidores através de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos da Instrução CVM 476.

3.5.4.2. A Emissora obriga-se a: (i) não contatar ou fornecer informações acerca da Oferta a qualquer investidor, exceto se previamente acordado com o Coordenador Líder; e (ii) informar ao Coordenador Líder até o dia útil imediatamente subsequente ao recebimento de contato de potenciais investidores que venham a manifestar seu interesse na Oferta.

3.5.4.3. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos, sendo que o Coordenador Líder, com expressa e prévia anuência da Emissora, organizará o Plano de Distribuição, tendo como público alvo investidores qualificados, conforme definidos no artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, e alterações posteriores, incluindo, mas não se limitando a (i) instituições financeiras; (ii) companhias seguradoras e sociedades de capitalização; (iii) entidades abertas e fechadas de previdência complementar; (iv) pessoas físicas ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$300.000,00 (trezentos mil reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio; (v) fundos de investimento, respeitado o disposto na Cláusula 3.5.4.4 abaixo; e (vi) administradores de carteira e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios; e (vii) regimes próprios de previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios (os “Investidores Qualificados”).

3.5.4.4. Nos termos da Instrução CVM 476 e para os fins da Cláusula 3.5.4.3 acima, (i) todos os fundos de investimento serão considerados Investidores Qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados e (ii) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no item (iv) da Cláusula 3.5.4.3 acima deverão subscrever, no âmbito da Oferta, no mínimo, uma Debênture.

3.5.4.5. Não será constituído fundo de manutenção de liquidez e não será firmado contrato de estabilização de preços com relação às Debêntures; serão atendidos os clientes

Investidores Qualificados do Coordenador Líder que desejarem efetuar investimentos nas Debêntures, tendo em vista a relação do Coordenador Líder com esses clientes, bem como outros Investidores Qualificados, mesmo que não sejam clientes do Coordenador Líder, podendo ser levadas em consideração as relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica do Coordenador Líder e da Emissora.

### **3.6. Limite da Emissão**

3.6.1. A Emissão atende aos limites previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, uma vez que o capital social da Emissora, na data de assinatura desta Escritura, é de R\$ 617.054.627,00 (seiscentos e dezessete milhões, cinquenta e quatro mil, seiscentos e vinte e sete reais) e o valor total da Emissão é de R\$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais) que, somados ao saldo em aberto de R\$ 58.768.691,75, (Cinquenta e oito milhões, setecentos e sessenta e oito mil, seiscentos e noventa e um reais e setenta e cinco centavos) referente à 1ª emissão pública de debêntures da Companhia perfazem um montante total de R\$ 178.768.691,75 (Cento e setenta e oito milhões, setecentos e sessenta e oito mil, seiscentos e noventa e um reais e setenta e cinco centavos).

### **3.7. Banco Mandatário e Escriturador**

3.7.1. O banco mandatário e escriturador da Emissão será o Banco Bradesco S.A. (o “Banco Mandatário” e o “Banco Escriturador”).

### **3.8. Destinação dos Recursos**

3.8.1. Os recursos obtidos pela Emissora por meio da Emissão das Debêntures serão destinados ao pagamento ou resgate da totalidade das Notas Promissórias, provenientes da 1ª Emissão de Notas Promissórias da Emissora.

### **3.9. Garantia Fidejussória**

3.9.1 Os Garantidores neste ato obrigam-se, em caráter irrevogável e irretratável, perante os Debenturistas, como fiadores, renunciando expressamente ao benefício de ordem conforme descrito na Cláusula 3.9.3 abaixo, obrigando-se como principais pagadores e solidariamente com a Emissora, responsáveis por todas as obrigações da Emissora nos termos das Debêntures e desta Escritura, pelo pagamento integral de todos e quaisquer valores, principais ou acessórios, incluindo o Valor Nominal Unitário das Debêntures, a Remuneração incidente sobre as Debêntures e os Encargos Moratórios (conforme definido abaixo), devidos pela Emissora nos termos das Debêntures e desta Escritura, bem como todo e qualquer custo ou despesa



comprovadamente incorrido pelo Agente Fiduciário ou pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes das Debêntures e desta Escritura (“Fiança” e “Valor Garantido”).

- 3.9.2 Os Garantidores obrigam-se a pagar o Valor Garantido no prazo de 2 (dois) dias úteis contados a partir de comunicação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário aos Garantidores informando a falta de pagamento, na data de pagamento respectiva, de qualquer parte do Valor Garantido. Os pagamentos serão realizados pelos Garantidores de acordo com o estabelecido nesta Escritura e fora do âmbito da CETIP.
- 3.9.3 Os Garantidores expressamente renunciam aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 366, 821, 827, 830, 834, 835, 837, 838 e 839, todos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e alterações posteriores (o “Código Civil”), e nos artigos 77 e 595, da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, e alterações posteriores (o “Código de Processo Civil”).
- 3.9.4 Os Garantidores sub-rogar-se-ão nos direitos dos Debenturistas caso venham a honrar, total ou parcialmente, a Fiança objeto desta Cláusula 3.9, observado, entretanto, que os Garantidores desde já concordam e obrigam-se a exigir e/ou demandar a Emissora por qualquer valor honrado pelos Garantidores nos termos da Fiança somente após os Debenturistas terem recebido todos os valores a eles devidos nos termos desta Escritura.
- 3.9.5 A Fiança entrará em vigor na Data de Emissão, permanecendo válida em todos os seus termos até o pagamento integral do Valor Garantido.
- 3.9.6 A Fiança poderá ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário, judicial ou extrajudicialmente, quantas vezes for necessário até a integral liquidação do Valor Garantido.

### 3.10. **Garantia Adicional Real**

- 3.10.1. O pagamento das Debêntures também será garantido por meio da cessão fiduciária de recursos depositados em conta de titularidade da Emissora de valor correspondente a 10% (dez por cento) do saldo devedor das Debêntures, de acordo com os termos do Contrato de Cessão Fiduciária em Garantia de Direitos de Crédito, celebrado em 10 de junho de 2010, entre a Emissora e o Agente Fiduciário (“Contrato de Cessão Fiduciária em Garantia de Direitos de Crédito”),



na qualidade de representante dos titulares das Debêntures, com a interveniência do Banco do Brasil S.A., atuando como banco depositário (juntamente com a Escritura e o Contrato de Colocação, os “Documentos da Oferta”).

## CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

### 4.1. Características Básicas

4.1.1. **Data de Emissão.** Para todos os fins e efeitos legais, a Data da Emissão das Debêntures será 24 de junho de 2010 (a “Data de Emissão”).

4.1.2. **Conversibilidade, Tipo e Forma.** As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações, escriturais e nominativas, sem emissão de cautelas e certificados.

4.1.3. **Espécie.** As Debêntures serão da espécie quirografária, contando adicionalmente com garantia fidejussória e com garantia adicional real.

4.1.4. **Prazo e Data de Vencimento.** As Debêntures terão prazo de vencimento de 78 (setenta e oito) meses, vencendo em 24 de dezembro de 2016 (a “Data de Vencimento”).

4.1.5. **Valor Nominal Unitário.** O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$1.000.000,00 (Um Milhão de Reais), na Data de Emissão (o “Valor Nominal Unitário”).

4.1.6. **Quantidade de Debêntures Emitidas.** Serão emitidas 120 (cento e vinte) Debêntures.

4.1.7. **Atualização Monetária.** O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado.

### 4.2. Remuneração

4.2.1. As Debêntures farão jus a remuneração equivalente a 123% (cento e vinte e três por cento) da variação das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, *over extra grupo*, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na *internet* (<http://www.cetip.com.br>) (“Taxa DI” e “Remuneração”, respectivamente). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário desde a Data de Emissão ou a data de vencimento do Período de Capitalização

(conforme abaixo definido) imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento.

4.2.2 A Remuneração será paga mensalmente, nos dias 24 de cada mês ou no primeiro dia útil subsequente caso o mesmo não seja dia útil, sendo que o primeiro pagamento da Remuneração será devido em 24 de julho de 2010 e o último pagamento da Remuneração será devido em 24 de dezembro de 2016, data de vencimento da emissão.

4.2.3 A Remuneração deverá ser calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = Vne \times (\text{Fator DI} - 1), \text{ onde:}$$

“J” corresponde ao valor dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

“Vne” corresponde ao valor nominal de emissão ou saldo do valor nominal da debênture, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

“Fator DI” corresponde ao produtório das Taxas DI Over com uso do percentual aplicado, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^{n_{DI}} \left[ 1 + \left( TDI_k \times \frac{p}{100} \right) \right], \text{ onde:}$$

“k” corresponde ao número de ordem das Taxas DI, variando de 1 até  $n_{DI}$ ;

“ $n_{DI}$ ” corresponde ao número total de Taxas DI-Over consideradas em cada Período de Capitalização, sendo “ $n_{DI}$ ” um número inteiro;

“p” corresponde ao percentual aplicado sobre a taxa DI, informado com 2 (duas) casas decimais, equivalente a 123,00 (cento e vinte e três inteiros);

“ $TDI_k$ ” corresponde à Taxa DI de ordem k, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left( \frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$



10

onde:

“DI<sub>k</sub>” corresponde à Taxa DI, de ordem k, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

Observações:

i) a Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo;

ii) o fator resultante da expressão  $\left[ 1 + \left( TDI_k \times \frac{p}{100} \right) \right]$  é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais sem arredondamento;

iii) efetua-se o produtório dos fatores diários  $\left[ 1 + \left( TDI_k \times \frac{p}{100} \right) \right]$ , sendo que, a cada fator diário acumulado, considera-se seu resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado; e

iv) uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante “Fator DI” com 8 (oito) casa decimais, com arredondamento.

4.2.4. Observado o disposto na Cláusula 4.2.5 abaixo, no caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada, em sua substituição, para apuração de “TDI<sub>k</sub>”, a última Taxa DI divulgada oficialmente até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades, tanto por parte da Emissora ou dos Garantidores, quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

4.2.5. Em caso de ausência da apuração e/ou divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos da data esperada para a sua divulgação ou, imediatamente, em caso de extinção ou de impossibilidade de aplicação da Taxa DI por imposição legal ou determinação judicial, a Taxa DI deverá ser substituída pelo substituto determinado legalmente para tanto. No caso de não haver substituto legal da Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá, no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data de término do prazo de qualquer um dos eventos previstos no início desta Cláusula 4.3.3, convocar AGD para deliberar, de comum acordo com a Emissora, e observada a Decisão Conjunta

BACEN/CVM n.º13, de 14 de março de 2003, e/ou regulamentação aplicável, o novo parâmetro de remuneração das Debêntures, parâmetro este que deverá preservar o valor real e os mesmos níveis da Remuneração (“Remuneração Substitutiva”). Até o momento da definição ou aplicação, conforme o caso, do novo parâmetro de remuneração das Debêntures, quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada para apuração de “TDI<sub>k</sub>”, a última Taxa DI divulgada oficialmente. Caso Debenturistas reunidos em AGD, representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo), não aprovem a Remuneração Substitutiva proposta pela Emissora, será aplicada automaticamente no lugar da Taxa DI, a taxa média dos financiamentos diários, com lastro em títulos federais, apurados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC.

4.2.6. Os Garantidores desde já concordam com o disposto nas Cláusulas 4.2.4 e 4.2.5 acima, declarando que o ali disposto não importará em novação, conforme definida e regulada nos termos do artigo 360 e seguintes do Código Civil, mantendo-se a Fiança válida e em pleno vigor, inclusive no caso de acarretar a obrigação à Emissora de resgatar as Debêntures, conforme acima previsto, ou no caso de inadimplemento, pela Emissora, de tal obrigação. Os Garantidores desde já concordam e obrigam-se a firmar todos e quaisquer documentos necessários à efetivação do disposto na Cláusula 4.3.3 acima.

4.2.7. O período de capitalização da Remuneração é o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na Data de Pagamento da Remuneração correspondente ao período em questão (“Período de Capitalização”).

4.2.8. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento.

#### **4.3. Local de Pagamento**

4.3.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP ou, ainda, por meio do Banco Mandatário para os Debenturistas que não tiverem suas Debêntures custodiadas na CETIP.

#### **4.4. Prorrogação dos Prazos**

4.4.1. Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das Partes, inclusive pelos Debenturistas, no que se refere ao pagamento do preço de subscrição, até o 1º (primeiro) dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de São

Paulo, Estado de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

#### **4.5. Encargos Moratórios**

4.5.1. Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e juros de mora calculados desde a data de inadimplemento, até a data do efetivo pagamento, à taxa de 1% (um por cento) ao mês, sobre o montante assim devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além das despesas incorridas para cobrança (os “Encargos Moratórios”).

#### **4.6. Decadência dos Direitos aos Acréscimos**

4.6.1. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.2. acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de remuneração e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

#### **4.7. Forma de Subscrição e Integralização**

4.7.1. A integralização será realizada à vista, na data de subscrição, em moeda corrente nacional, por meio do SDT, pelo Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a sua efetiva data de subscrição e integralização e segundo os critérios de liquidação financeira da CETIP.

#### **4.8. Repactuação**

4.8.1. Não haverá repactuação das Debêntures.

#### **4.9. Publicidade**

4.9.1. Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente publicados nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora costuma efetuar suas publicações, quais sejam, Diário Oficial do Estado de São Paulo e Valor Econômico,

bem como na página da Emissora na rede internacional de computadores – *internet* ([www.juliosimoes.com.br](http://www.juliosimoes.com.br)).

#### 4.10. Comprovação de Titularidade das Debêntures

4.10.1. A Emissora não emitirá certificados das Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Banco Escriurador. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures, para as debêntures custodiadas no SND, o extrato expedido pela CETIP em nome do Debenturista.

#### 4.11. Imunidade de Debenturistas

4.11.1. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, com no mínimo 10 (dez) dias úteis de antecedência das datas previstas de pagamento das Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária.

#### 4.12. Amortização

4.12.1. O Valor Nominal das Debêntures será amortizado em 72 parcelas mensais e sucessivas, calculadas sobre o Valor Nominal Unitário, de acordo com o fluxo abaixo, devidas no dia 24 de cada mês, sendo o pagamento da primeira parcela devido em 24 de janeiro de 2011 e o último em 24 de dezembro de 2016.

| <i>Nº da Parcela</i> | <i>Data de Amortização</i> | <i>% de Amortização sobre o Valor Nominal Unitário</i> | <i>Valor por Debênture</i> | <i>Nº da Parcela</i> | <i>Data de Amortização</i> | <i>Percentual de Amortização sobre o Valor Nominal Unitário</i> | <i>Valor por Debênture</i> |
|----------------------|----------------------------|--|----------------------------|----------------------|----------------------------|---|----------------------------|
| 1                    | 24.01.2011                 | 1,39%  | R\$13.900,00               | 37                   | 24.01.2014                 | 1,39%   | R\$13.900,00               |
| 2                    | 24.02.2011                 | 1,39%  | R\$13.900,00               | 38                   | 24.02.2014                 | 1,39%   | R\$13.900,00               |
| 3                    | 24.03.2011                 | 1,39%  | R\$13.900,00               | 39                   | 24.03.2014                 | 1,39%   | R\$13.900,00               |
| 4                    | 24.04.2011                 | 1,39%  | R\$13.900,00               | 40                   | 24.04.2014                 | 1,39%   | R\$13.900,00               |
| 5                    | 24.05.2011                 | 1,39%  | R\$13.900,00               | 41                   | 24.05.2014                 | 1,39%   | R\$13.900,00               |
| 6                    | 24.06.2011                 | 1,39%  | R\$13.900,00               | 42                   | 24.06.2014                 | 1,39%   | R\$13.900,00               |
| 7                    | 24.07.2011                 | 1,39%  | R\$13.900,00               | 43                   | 24.07.2014                 | 1,39%   | R\$13.900,00               |
| 8                    | 24.08.2011                 | 1,39%  | R\$13.900,00               | 44                   | 24.08.2014                 | 1,39%   | R\$13.900,00               |
| 9                    | 24.09.2011                 | 1,39%  | R\$13.900,00               | 45                   | 24.09.2014                 | 1,39%   | R\$13.900,00               |
| 10                   | 24.10.2011                 | 1,39%  | R\$13.900,00               | 46                   | 24.10.2014                 | 1,39%   | R\$13.900,00               |
| 11                   | 24.11.2011                 | 1,39%  | R\$13.900,00               | 47                   | 24.11.2014                 | 1,39%   | R\$13.900,00               |

|    |            |       |              |    |            |       |              |
|----|------------|-------|--------------|----|------------|-------|--------------|
| 12 | 24.12.2011 | 1,39% | R\$13.900,00 | 48 | 24.12.2014 | 1,39% | R\$13.900,00 |
| 13 | 24.01.2012 | 1,39% | R\$13.900,00 | 49 | 24.01.2015 | 1,39% | R\$13.900,00 |
| 14 | 24.02.2012 | 1,39% | R\$13.900,00 | 50 | 24.02.2015 | 1,39% | R\$13.900,00 |
| 15 | 24.03.2012 | 1,39% | R\$13.900,00 | 51 | 24.03.2015 | 1,39% | R\$13.900,00 |
| 16 | 24.04.2012 | 1,39% | R\$13.900,00 | 52 | 24.04.2015 | 1,39% | R\$13.900,00 |
| 17 | 24.05.2012 | 1,39% | R\$13.900,00 | 53 | 24.05.2015 | 1,39% | R\$13.900,00 |
| 18 | 24.06.2012 | 1,39% | R\$13.900,00 | 54 | 24.06.2015 | 1,39% | R\$13.900,00 |
| 19 | 24.07.2012 | 1,39% | R\$13.900,00 | 55 | 24.07.2015 | 1,39% | R\$13.900,00 |
| 20 | 24.08.2012 | 1,39% | R\$13.900,00 | 56 | 24.08.2015 | 1,39% | R\$13.900,00 |
| 21 | 24.09.2012 | 1,39% | R\$13.900,00 | 57 | 24.09.2015 | 1,39% | R\$13.900,00 |
| 22 | 24.10.2012 | 1,39% | R\$13.900,00 | 58 | 24.10.2015 | 1,39% | R\$13.900,00 |
| 23 | 24.11.2012 | 1,39% | R\$13.900,00 | 59 | 24.11.2015 | 1,39% | R\$13.900,00 |
| 24 | 24.12.2012 | 1,39% | R\$13.900,00 | 60 | 24.12.2015 | 1,39% | R\$13.900,00 |
| 25 | 24.01.2013 | 1,39% | R\$13.900,00 | 61 | 24.01.2016 | 1,39% | R\$13.900,00 |
| 26 | 24.02.2013 | 1,39% | R\$13.900,00 | 62 | 24.02.2016 | 1,39% | R\$13.900,00 |
| 27 | 24.03.2013 | 1,39% | R\$13.900,00 | 63 | 24.03.2016 | 1,39% | R\$13.900,00 |
| 28 | 24.04.2013 | 1,39% | R\$13.900,00 | 64 | 24.04.2016 | 1,39% | R\$13.900,00 |
| 29 | 24.05.2013 | 1,39% | R\$13.900,00 | 65 | 24.05.2016 | 1,39% | R\$13.900,00 |
| 30 | 24.06.2013 | 1,39% | R\$13.900,00 | 66 | 24.06.2016 | 1,39% | R\$13.900,00 |
| 31 | 24.07.2013 | 1,39% | R\$13.900,00 | 67 | 24.07.2016 | 1,39% | R\$13.900,00 |
| 32 | 24.08.2013 | 1,39% | R\$13.900,00 | 68 | 24.08.2016 | 1,39% | R\$13.900,00 |
| 33 | 24.09.2013 | 1,39% | R\$13.900,00 | 69 | 24.09.2016 | 1,39% | R\$13.900,00 |
| 34 | 24.10.2013 | 1,39% | R\$13.900,00 | 70 | 24.10.2016 | 1,39% | R\$13.900,00 |
| 35 | 24.11.2013 | 1,39% | R\$13.900,00 | 71 | 24.11.2016 | 1,39% | R\$13.900,00 |
| 36 | 24.12.2013 | 1,39% | R\$13.900,00 | 72 | 24.12.2016 | 1,31% | R\$13.100,00 |

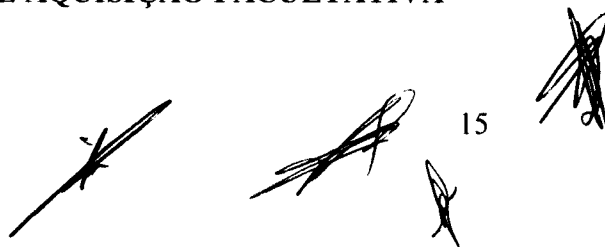
## CLÁUSULA V ADITAMENTO À PRESENTE ESCRITURA

5.1. Quaisquer aditamentos a esta Escritura deverão ser inscritos na JUCESP e averbados no competente cartório de Registro de Títulos e Documentos das cidades de Mogi das Cruzes e de São Paulo, Estado de São Paulo, e na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

## CLÁUSULA VI RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO E AQUISIÇÃO FACULTATIVA

### 6.1. Resgate Antecipado Facultativo

15



6.1.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo e a seu exclusivo critério, com aviso prévio de 10 (dez) dias da data prevista para o resgate, realizar o resgate antecipado total ou parcial das Debêntures em Circulação, com seu consequente cancelamento, mediante (i) o pagamento do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada desde a Data de Emissão ou do último pagamento da Remuneração até a data de seu efetivo pagamento; e (ii) um prêmio equivalente a 1,30% (um inteiro e trinta centésimos por cento), incidente sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures que estão sendo resgatadas, acrescido da Remuneração. O resgate parcial deverá ser precedido de sorteio, coordenado pelo Agente Fiduciário e, uma vez exercida pela Emissora a opção do resgate antecipado facultativo, tornar-se-á obrigatório para todos os Debenturistas, no caso do resgate total, e, no caso de resgate parcial, para aqueles Debenturistas com relação às respectivas Debêntures sujeitas ao resgate conforme sorteio.

6.1.2. O prêmio mencionado na aliena “(ii)” do item 6.1.1 acima não será devido no caso de resgate antecipado das Debêntures mediante a utilização exclusiva de recursos provenientes de captações públicas através da Instrução CVM 400 ou 476 no mercado de renda fixa nacional (notas promissórias ou debêntures) coordenadas pelo Coordenador Líder.

6.1.3. O pagamento das Debêntures resgatadas antecipadamente por meio da oferta de resgate antecipado será feito por meio dos procedimentos adotados pela CETIP.

6.1.4. No caso de resgate antecipado parcial das Debêntures, a operacionalização do resgate antecipado parcial será realizada através da operação de compra e de venda definitiva das Debêntures no mercado secundário. No entanto, todas as etapas da oferta de resgate antecipado parcial, tais como qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação da quantidade de Debêntures a serem resgatadas por cada Debenturista serão realizadas fora do âmbito da CETIP.

## **CLÁUSULA VII VENCIMENTO ANTECIPADO**

7.1. O Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações da Emissora relativas às Debêntures e exigir imediato pagamento pela Emissora, do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração devida desde a Data da Emissão, ou da data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, e demais encargos



devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial na ocorrência dos seguintes eventos:

- (a) provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas ou enganosas, em qualquer aspecto relevante, quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora no âmbito da Emissão;
- (b) apresentação de proposta de recuperação judicial ou extrajudicial, de autofalência ou decretação de falência, ou, ainda, de qualquer procedimento análogo que venha a ser criado por lei, requerido pela ou decretado contra a Emissora, sua controladora ou por qualquer de suas coligadas ou controladas;
- (c) autuações pelos órgãos governamentais de caráter fiscal, ambiental ou de defesa da concorrência, entre outros, que possam afetar adversa e significativamente a capacidade operacional, legal ou financeira da Emissora, sua controladora ou por qualquer de suas coligadas ou controladas;
- (d) realização por qualquer autoridade governamental de ato com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, totalidade ou parte substancial dos ativos, propriedades ou das ações do capital social da Emissora;
- (e) não pagamento pela Emissora das obrigações pecuniárias devidas aos titulares das Debêntures, por período superior a 2 (dois) dias úteis, contado de suas respectivas Datas de Vencimento;
- (f) não cumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura, não sanada no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados do aviso escrito que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário;
- (g) protesto legítimo de títulos contra a Emissora, ainda que na condição de garantidora, com valor unitário ou agregado de, no mínimo, R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) que não seja sanado no prazo de 30 (trinta) dias contados de aviso escrito que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário, salvo se (a) tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora, (b) for cancelado, ou, ainda, (c) forem prestadas pela Emissora e aceitas pelo Poder Judiciário, garantias em juízo;
- (h) inadimplemento, sem prejuízo dos prazos para seu saneamento previstos nos respectivos instrumentos, ou vencimento antecipado de quaisquer dívidas e/ou obrigações pecuniárias da Emissora, sua controladora ou de qualquer de suas coligadas ou controladas, em valor individual ou agregado superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) sem a devida contestação ou comprovação de cumprimento da obrigação considerada inadimplida;

- (i) uma ou mais sentenças arbitrais definitivas ou judiciais transitadas em julgado em nome da Emissora, sua controladora ou de qualquer de suas coligadas ou controladas, que, em conjunto ou isoladamente resulte ou possa resultar, em obrigação de pagamento para a Emissora, sua controladora ou para qualquer de suas coligadas ou controladas de valor unitário ou agregado superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), para as quais não tenha feito provisão para pagamento;
- (j) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações e licenças, inclusive as ambientais, relevantes para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora, sua controladora ou por qualquer de suas coligadas ou controladas, exceto se, dentro do prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de tal não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão, a Emissora comprove a existência de provimento jurisdicional autorizando a regular continuidade das atividades da Emissora até a renovação ou obtenção da referida licença ou autorização;
- (k) qualquer alteração societária, relacionada à liquidação, dissolução, cisão, fusão, incorporação, alienação ou reorganização societária envolvendo a Júlio Simões Logística S.A., em percentual que represente pelo menos 10% de seu ativo total consolidado, sem a prévia anuência dos titulares das Debêntures;
- (l) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora das obrigações a serem assumidas na Escritura de Emissão;
- (m) alteração do controle acionário, direto ou indireto, da Emissora;
- (n) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos do artigo 220 da Lei das Sociedades por Ações;
- (o) alteração do objeto social disposto no Estatuto Social da Emissora, que modifique substancialmente as atividades atualmente por ela praticadas;
- (p) pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, cujo somatório extrapole 25% dos lucros líquidos ajustados, sem a prévia anuência dos titulares das Debêntures;
- (q) redução do capital social da Emissora, com outra finalidade que não a absorção de prejuízo, sem que haja anuência prévia dos titulares das Debêntures, conforme disposto no artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações;
- (r) descumprimento, pela Emissora e/ou Garantidores, de qualquer das condições estabelecidas na Cláusula VIII abaixo;
- (s) não cumprimento, pela Emissora, das condições estabelecidas no Contrato de Cessão Fiduciária em Garantia de Direitos de Crédito; e

- (t) se os debenturistas desta Emissão deixarem de concorrer, no mínimo, em condições *pari passu* com os demais credores das demais dívidas quirografárias da Emissora, ressalvadas as obrigações que gozem de preferência ou privilégio por força de disposição legal.

7.2. A ocorrência dos eventos descritos nos itens (b), (e), (f), (g) e (h) acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, exceto se houver renúncia de debenturistas representando mais de 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação. Nos demais eventos, o vencimento antecipado deverá ser declarado por investidores representando mais de 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação.

## **CLÁUSULA VIII**

### **OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DOS GARANTIDORES**

8.1. Sem prejuízo das demais obrigações previstas nesta Escritura e no Contrato de Colocação, a Emissora e, exceto pelas alíneas (h), (i), (l), (p), (s), e (u) abaixo, os Garantidores, assumem as obrigações, a seguir mencionadas em rol não exaustivo:

- (a) fornecer ao Coordenador Líder e ao Agente Fiduciário, em tempo hábil, todas as informações razoáveis, de forma correta e completa, que sejam necessárias para a consumação da Emissão e da Oferta. A Emissora será responsável pela suficiência e veracidade das informações fornecidas, obrigando-se a Emissora e os Garantidores a indenizar os Debenturistas, o Coordenador Líder e o Agente Fiduciário por eventuais prejuízos diretos e devidamente comprovados decorrentes de imprecisões, inveracidades ou omissões relativas a tais informações;
- (b) manter-se adimplente com relação a todos os tributos, taxas e/ou contribuições decorrentes da Oferta, exceto aqueles objeto de contestação administrativa ou judicial;
- (c) observar os mandamentos contidos nos artigos 333 e 1.425 do Código Civil, em se materializando as situações fático/jurídicas previstas nos citados dispositivos legais;
- (d) preparar demonstrações financeiras, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, e com as regras emitidas pela CVM;
- (e) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações, promovendo a publicação das suas

demonstrações financeiras anuais;

- (f) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (g) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM;
- (h) divulgar e encaminhar ao Agente Fiduciário suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 90 (noventa) dias contados do encerramento de seu exercício social e manter tais demonstrações financeiras em sua página na rede mundial de computadores pelo prazo mínimo de 3 (três) anos contados de sua disponibilização, ou até o pagamento integral das Debêntures, o que ocorrer primeiro;
- (i) no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias do término de cada trimestre de seu exercício social, encaminhar ao Agente Fiduciário, cópia das demonstrações financeiras, com revisão limitada nos termos das normas da CVM, relativas ao respectivo trimestre, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, incluindo a Instrução CVM n.º 247/96 e demais normas de consolidação emitidas pela CVM, contendo ainda, demonstrativo de cálculo dos limites estabelecidos no subitem “v” abaixo, bem como da declaração do Diretor Presidente da Emissora atestando o cumprimento integral das disposições previstas nesta Escritura de Emissão;
- (j) cumprir com todas as determinações emanadas da CVM, com o envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhes forem solicitadas;
- (k) observar as disposições da Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002, e alterações posteriores (a “Instrução CVM 358”), no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;
- (l) divulgar em sua página na rede mundial de computadores, e encaminhar ao Agente Fiduciário, a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358;
- (m) encaminhar qualquer informação relevante para a Emissão que lhe venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após a solicitação feita pelo Agente Fiduciário;

- (n) encaminhar ao Agente Fiduciário informações a respeito da ocorrência de qualquer dos eventos indicados na Cláusula 7.1 acima, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados a partir da sua ciência;
- (o) encaminhar ao Agente Fiduciário cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida, relacionada a um evento de inadimplemento das obrigações assumidas nesta Escritura, em prazo não superior a 10 (dez) dias úteis após o seu recebimento;
- (p) contratar, com a concordância do Coordenador Líder, e manter contratados durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas na Escritura, incluindo o Banco Mandatário, Banco Escriturador, Banco Depositário, a CETIP e o Agente Fiduciário;
- (q) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário, desde que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida ao Debenturista nos termos desta Escritura;
- (r) manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações necessárias à assinatura dos Documentos da Oferta e ao cumprimento de todas as obrigações ali previstas;
- (s) notificar, imediatamente, o Agente Fiduciário da convocação de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas (“AGD”) pela Emissora;
- (t) comparecer às AGDs, sempre que solicitada;
- (u) manter o índice obtido pela divisão da Dívida Financeira Líquida pelo EBITDA Ajustado igual ou inferior a 3,0 (três inteiros) por todo o período de vigência das Debêntures, devendo este ser apurado trimestralmente considerando-se como período de apuração os últimos 12 (doze) meses e considerando que, para os fins deste item “u”:
  - (i) Dívida Financeira Líquida deverá significar o saldo total dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo da Emissora, incluídas as Debêntures e quaisquer outros títulos ou valores mobiliários representativos de dívida, além dos débitos com coligadas e controladas e subtraídos os valores em caixa e em aplicações financeiras;
  - (ii) EBITDA Ajustado deverá significar o somatório do lucro líquido, das despesas (receitas) financeiras líquidas (incluído imposto sobre operações financeiras), das

provisões para imposto de renda e contribuição social, das perdas (lucros) resultantes de equivalência patrimonial, das despesas de depreciação e amortização, dos custos de renovação de frota (valor residual), das provisões para indenizações trabalhistas, das provisões de crédito de liquidação duvidosa, das provisões para perdas de investimentos e outras provisões apuradas periodicamente pela Emissora; e

- (v) Para fins de atendimento do disposto nos itens 9.2.1 (n) e 9.4. (j), a Emissora deverá encaminhar ao Agente Fiduciário, até o dia 30 de março de cada ano, os documentos comprobatórios da capacidade de pagamento dos Garantidores referentes ao saldo devedor das Debêntures da presente Emissão.

## **CLÁUSULA IX AGENTE FIDUCIÁRIO**

### **9.1. Nomeação**

A Emissora constitui e nomeia Agente Fiduciário da Emissão objeto desta Escritura, a Oliveira Trust DTVM S.A., qualificada no preâmbulo desta Escritura, a qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar a comunhão dos Debenturistas.

### **9.2. Declaração**

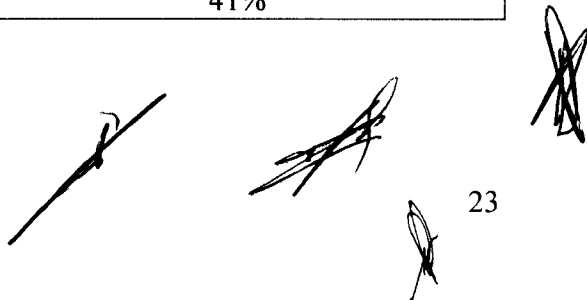
9.2.1. O Agente Fiduciário dos Debenturistas, nomeado na presente Escritura, declara, sob as penas da lei:

- (a) não ter qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, e o artigo 10 da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, e alterações posteriores ("Instrução CVM 28"), para exercer a função que lhe é conferida;
- (b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (c) aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- (d) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (e) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;

- (f) estar ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil e da CVM;
- (g) que é uma instituição financeira, estando devidamente organizado, constituído e existente de acordo com as leis brasileiras;
- (h) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (i) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (j) que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (k) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (l) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura;
- (m) que verificou a observância, pela Emissora, dos limites de emissão previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, conforme disposto na Cláusula 3.6.1 acima; e
- (n) Com base nos documentos apresentados, verificou a regularidade da constituição da Fiança e observará a manutenção de sua suficiência e exequibilidade. Apurou ainda, conforme quadro abaixo, que o patrimônio dos Garantidores somados representa 382%(trezentos e oitenta e dois por cento) do volume da presente Emissão, na Data de Emissão:

| Garantidor                      | Percentual Equivalente ao Volume da Emissão na Data de Emissão |
|---------------------------------|--|
| Fernando Antonio Simões         | 71%  |
| Julio Simões Participações S.A. | 271%   |
| Ribeira Imóveis Ltda            | 41%  |

### 9.3. Substituição



Handwritten signatures and initials are present at the bottom right of the page, including a large signature and several smaller initials.

9.3.1. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, AGD para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, observado o prazo de 15 (quinze) dias para a primeira convocação e 8 (oito) dias para a segunda convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo Agente Fiduciário. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma que a do Agente Fiduciário, observado o disposto na Cláusula 9.3.6 abaixo.

9.3.2. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

9.3.3. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento da Oferta, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em AGD especialmente convocada para esse fim.

9.3.4. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura, devendo o mesmo ser arquivado na JUCESP e averbado no cartório de registro de títulos e documentos da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, e, da comarca da sede do Agente Fiduciário substituto, caso o Agente Fiduciário substituto esteja localizado em outra comarca.

9.3.5. O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções na data da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a integral quitação das Debêntures ou até sua efetiva substituição.

9.3.6. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como Agente Fiduciário. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela AGD (abaixo definido).

9.3.7. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a respeito, baixados por ato(s) da CVM.



#### 9.4. Deveres

Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM, ou nesta Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- (b) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios negócios;
- (c) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (d) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (e) verificar a observância, pela Companhia, do limite de emissão previsto no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, conforme já verificado nos termos da declaração prevista acima;
- (f) verificar no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (g) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes; neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (h) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (i) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;



- (j) verificar a regularidade da constituição da Fiança, conforme já verificado nos termos da declaração prevista acima, e observar a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
- (k) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora e dos Garantidores;
- (l) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora e/ou nos Garantidores, sendo que tal solicitação deverá ser acompanhada de relatório que fundamente a necessidade de realização da referida auditoria;
- (m) convocar, quando necessário, AGDs, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa referidos na Cláusula 4.10, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura;
- (n) comparecer às AGDs a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (o) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b), da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:

o.1) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou pelos Garantidores ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora ou pelos Garantidores;

o.2) alterações estatutárias ocorridas no período;

o.3) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora e dos Garantidores, quando aplicável, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora e dos respectivos Garantidores;

o.4) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;

o.5) resgate e pagamento da Remuneração das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;

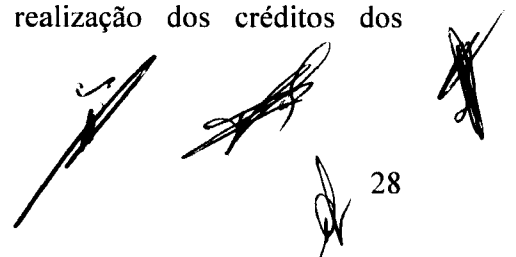
- o.6) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
- o.7) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora e/ou pelos Garantidores nesta Escritura, inclusive quanto à ocorrência dos eventos previstos nos itens da Cláusula 7.1 acima;
- o.8) declaração acerca da suficiência e exequibilidade da Fiança; e
- o.9) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário.
- (p) disponibilizar o relatório de que trata a alínea (o) acima aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- p.1) na sede da Emissora;
- p.2) no seu escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado;
- p.3) na CVM;
- p.4) na CETIP; e
- p.5) no endereço do Coordenador Líder.
- (q) publicar, nos órgãos da imprensa referidos na Cláusula 4.10, às expensas da Emissora, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório a que se refere a alínea (o) acima encontra-se à sua disposição nos locais indicados na alínea (p) acima;
- (r) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Banco Mandatário e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a Emissora expressamente autoriza, desde já, o Banco Mandatário e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;
- (s) coordenar o resgate das Debêntures nos casos previstos nesta Escritura;

- (t) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;
- (u) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis da data em que o Agente Fiduciário tomou conhecimento de qualquer inadimplemento, pela Emissora e/ou por qualquer um dos Garantidores, de qualquer das obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos, sendo que a notificação discriminará as providências judiciais e/ou extrajudiciais que o Agente Fiduciário tenha tomado para acautelar e proteger os interesses da comunhão de Debenturistas. Comunicação de igual teor deve ser enviada:
  - u.1) à CVM; e
  - u.2) à CETIP;
- (v) acompanhar a ocorrência dos eventos previstos na Cláusula 7.1 acima e informar imediatamente os Debenturistas da ocorrência de qualquer dos referidos eventos;
- (w) manter atualizado o cálculo da Remuneração das Debêntures e divulgá-lo aos Debenturistas ou à CETIP sempre que solicitado; e
- (x) acompanhar com o Banco Mandatário, em cada data de pagamento, o integral e pontual pagamento dos valores devidos, conforme estipulado nesta Escritura.

#### **9.5. Atribuições Específicas**

9.5.1. O Agente Fiduciário utilizará quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais, contra a Emissora, para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo em caso de inadimplemento da Emissora e/ou dos Garantidores, observados os termos desta Escritura:

- (a) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- (b) requerer a falência da Emissora e/ou de qualquer um dos Garantidores;
- (c) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas; e



- (d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial ou liquidação extrajudicial da Emissora e/ou de qualquer um dos Garantidores.

9.5.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a) a (c) da Cláusula 9.5.1., se, convocada a AGD, esta, por deliberação da unanimidade dos titulares das Debêntures em Circulação, eximirem o Agente Fiduciário de declarar o vencimento antecipado, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação, quando tal hipótese disser respeito ao disposto na alínea (d) da Cláusula 9.5.1.

#### 9.6. Remuneração do Agente Fiduciário

9.6.1. Será devida ao Agente Fiduciário, ou à instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, a seguinte remuneração:

- (a) A título de remuneração pelo serviço de Agente Fiduciário, parcelas trimestrais de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), sendo a primeira parcela devida 5 (cinco) dias após a data de assinatura da Escritura e as demais nas mesmas datas dos trimestres subsequentes. O Agente Fiduciário deverá emitir recibo para os pagamentos referidos nesta cláusula 9.6.1(a). Serão devidas parcelas trimestrais até a liquidação integral das Debêntures, caso estas não sejam quitadas na data de seu vencimento.
- (b) No caso de inadimplemento no pagamento das Debêntures ou de reestruturação das condições das Debêntures após a emissão, será devido ao Agente Fiduciário, adicionalmente, o valor de R\$ 500,00 por hora-homem de trabalho dedicado à (i) execução das garantias, (ii) comparecimento em reuniões formais com a Emissora e/ou com Debenturistas; e (iii) implementação das conseqüentes decisões tomadas em tais eventos, pagas 5 (cinco) dias após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de "relatório de horas" à Emissora. Entende-se por reestruturação das Debêntures os eventos relacionados à alteração (i) das garantias, (ii) prazos de pagamento e (iii) condições relacionadas ao vencimento antecipado. Os eventos relacionados à amortização das Debêntures não são considerados reestruturação das Debêntures. O Agente Fiduciário deverá apresentar comprovantes de despesas e emitir recibo para pagamentos que sejam realizados de acordo com esta cláusula 9.6.1(b).
- (c) No caso de celebração de aditamentos à Escritura e ao Contrato de Cessão Fiduciária, será devido ao Agente Fiduciário, adicionalmente, o valor de R\$ 500,00 por hora-homem de trabalho dedicado a tais alterações



- (d) Os impostos vigentes à época do pagamento que incidirem sobre a remuneração do Agente Fiduciário, tais como ISS, PIS, COFINS, CSLL e IRRF, serão acrescidos à remuneração proposta, de forma que esta seja paga líquida de impostos;
- (e) As parcelas da remuneração referenciadas nos itens (a) e (b) acima serão atualizadas, pelo IGP-M, a partir da Data de Emissão; e
- (f) Eventuais obrigações adicionais do Agente Fiduciário facultarão à Oliveira Trust DTVM S.A. a revisão dos honorários propostos.

#### 9.7. Despesas

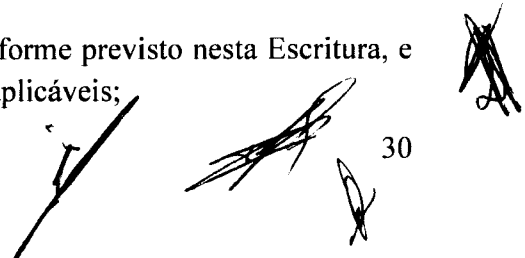
9.7.1. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário, de todas as despesas razoáveis e usuais que tenha incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, desde que previamente comprovadas e autorizadas pela Emissora.

9.7.2. O ressarcimento a que se refere esta Cláusula será efetuado, em 15 (quinze) dias úteis, após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

9.7.3. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora, desde que devidamente comprovadas. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos razoáveis com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

9.7.4. As despesas a que se refere esta Cláusula compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- (a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;



Handwritten signatures and initials, including a large signature on the left and several smaller ones on the right, some with checkmarks.

- (b) extração de certidões;
- (c) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções;
- (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas; e
- (e) despesas com cartorários e com correios necessárias ao desempenho da função de Agente Fiduciário.

9.7.5 As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário no exercício de sua função ou decorrente deste exercício, serão igualmente suportadas pelos Debenturistas. Tais despesas incluem honorários advocatícios para defesa do Agente Fiduciário bem como indenizações pagas em ações judiciais decorrentes do exercício de sua função.

## **CLÁUSULA X**

### **ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS**

À assembleia geral de debenturistas (a “AGD”) aplicar-se-á ao disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações.

#### **10.1. Convocação**

10.1.1 A AGD pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, pelos Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação ou pela CVM.

10.1.2 A convocação das AGDs se dará mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora costuma efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

10.1.3 As AGDs deverão ser realizadas em prazo mínimo de 15 (quinze) dias, contados da data da primeira publicação da convocação. A AGD em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da

AGD em primeira convocação.

## **10.2. Quorum de Instalação**

10.2.1 A AGD se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação, conforme definido na Cláusula 10.5.1 abaixo e, em segunda convocação, com qualquer quorum.

## **10.3. Mesa Diretora**

10.3.1 A presidência da AGD caberá ao Debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.

## **10.4. Quorum de Deliberação**

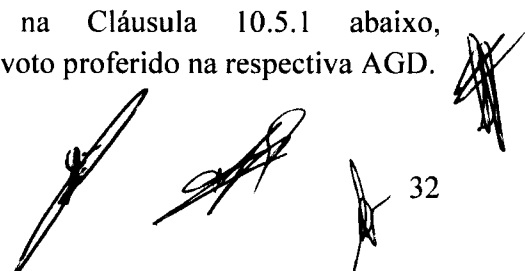
10.4.1 Nas deliberações da AGD, a cada Debênture caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto na Cláusula 10.4.2 abaixo, todas as deliberações tomadas em AGD deverão ser aprovadas por Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do total das Debêntures em Circulação.

10.4.2. Não estão incluídos no quorum a que se refere a Cláusula 10.4.1 acima:

- (i) os quoruns expressamente previstos em outras Cláusulas desta Escritura; e
- (ii) alterações, que deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da AGD ou em qualquer outra subsequente, por Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, (a) dos quoruns estabelecidos nesta Escritura; (b) das disposições estabelecidas nesta Cláusula 10.4; (c) da Remuneração, exceto pelo disposto na Cláusula 4.2.1. acima; (d) de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura de Emissão; (e) da espécie das Debêntures; (f) da criação de evento de repactuação; (g) das disposições relativas ao prazo mínimo do resgate antecipado facultativo; ou (h) da Fiança.

10.4.3. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e os Garantidores, quando aplicável, e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, conforme definido na Cláusula 10.5.1 abaixo, independentemente de terem comparecido à AGD ou do voto proferido na respectiva AGD.

## **10.5. Debêntures em Circulação**





10.5.1. Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos quoruns de instalação e/ou deliberação da AGD previstos nesta Escritura, consideram-se “Debêntures em Circulação” todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas controladas ou coligadas pela Emissora (diretas ou indiretas), controladoras (ou grupo de controle) sociedades sob controle comum ou administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.

## **CLÁUSULA XI**

### **DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DOS GARANTIDORES**

11.1. A Emissora e os Garantidores declaram e garantem conjunta e solidariamente que:

- (a) são, com exceção, do Garantidor pessoa física, Fernando, sociedades devidamente organizadas, constituídas e existentes sob a forma de sociedades anônimas de capital aberto ou fechado ou, ainda, sob a forma de sociedades limitadas de acordo com as leis brasileiras e estão devidamente autorizadas a conduzir os seus negócios, com plenos poderes para deter, possuir e operar seus bens;
- (b) estão devidamente autorizadas a celebrar os Documentos da Oferta e a cumprir com suas respectivas obrigações, e obtiveram todas as licenças, autorizações e consentimentos necessários, inclusive, mas sem limitação, aprovações societárias, à Emissão, à Oferta e à Fiança, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) as pessoas que as representam na assinatura dos Documentos da Oferta têm poderes bastantes para tanto;
- (d) os Documentos da Oferta constituem obrigações legais, válidas, eficazes e vinculantes, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- (e) a celebração dos Documentos da Oferta e o cumprimento de suas respectivas obrigações não infringem nenhuma obrigação relevante anteriormente assumida pela Emissora e/ou pelos Garantidores;
- (f) a celebração dos Documentos da Oferta, a Emissão, a Oferta e a Fiança (i) não infringem (1) seu estatuto social; (2) disposição legal, contrato ou instrumento dos quais a Emissora e/ou os Garantidores sejam parte; (3) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral em face da Emissora ou dos

Garantidores; e (ii) não resultarão em (1) vencimento antecipado de obrigação estabelecida em quaisquer desses contratos ou instrumentos, (2) na rescisão de quaisquer desses contratos ou instrumentos, ou (3) na criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora e/ou dos Garantidores;

- (g) as obrigações da Emissora e dos Garantidores nos termos dos Documentos da Oferta constituem obrigações diretas, incondicionais e não subordinadas;
- (h) as operações e propriedades da Emissora e dos Garantidores cumprem com as leis, regulamentos e licenças ambientais em vigor; não há quaisquer circunstâncias que possam razoavelmente embasar uma ação ambiental contra a Emissora ou os Garantidores, nos termos de qualquer lei ambiental, que possa razoavelmente ter um Efeito Adverso Relevante (conforme definido abaixo);
- (i) a Emissora e os Garantidores declararam e pagaram todos os tributos e contribuições previdenciárias, juntamente com todos os juros e penalidades quando aplicáveis, outros que não o pagamento de tributos e contribuições previdenciárias (i) cujo não pagamento não acarretaria um Efeito Adverso Relevante ou (ii) que estejam sendo contestados de boa-fé pelos meios adequados e para os quais a Emissora e os Garantidores, conforme o caso, tenham feito reservas apropriadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (j) a Emissora e os Garantidores cumprem todas as leis e regulamentos trabalhistas e previdenciários aplicáveis (inclusive dissídios coletivos), relativos a todos os seus empregados, inclusive, sem limitação, aqueles relativos a salários, jornada de trabalho, práticas trabalhistas equitativas, saúde, segurança, exceto na medida em que o descumprimento dessas leis e regulamentos não possa razoavelmente resultar em um Efeito Adverso Relevante;
- (k) a Emissora e os Garantidores cumprem as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, que lhe são aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos, (i) exceto com relação àquelas que estão sendo contestadas pelos meios legais ou administrativos apropriados e de boa-fé e (ii) exceto na medida em que o descumprimento de tais leis, regulamentos, normas administrativas e determinações não possa razoavelmente resultar em um Efeito Adverso Relevante;
- (l) a Emissora e os Garantidores, nesta data, (i) detêm todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) necessárias para o exercício de suas atividades; (ii) estão observando e cumprindo seus respectivos estatutos sociais e quaisquer obrigações e/ou condições contidas em contratos, acordos, hipotecas, escrituras, empréstimos,

contratos de crédito, notas promissórias, contratos de arrendamento mercantil ou outros contratos ou instrumentos dos quais seja parte ou possa estar obrigada, exceto nos casos em que o descumprimento ou a violação ou inadimplemento referidos não possam razoavelmente acarretar um Efeito Adverso Relevante; (iii) estão cumprindo com a legislação brasileira em vigor exceto nos casos em que o descumprimento não possa razoavelmente acarretar um Efeito Adverso Relevante; e (iv) o cumprimento de suas obrigações decorrentes dos Documentos da Oferta e da emissão das Debêntures não resultará em violação de qualquer lei aplicável, estatuto, regra, sentença, regulamentação, ordem, mandado, decreto judicial ou decisão de qualquer tribunal, nacional ou estrangeiro;

- (m) não há ações judiciais, processos, arbitragem, de qualquer natureza, incluindo sem limitação, cíveis, trabalhistas, fiscais, previdenciárias contra a Emissora e/ou contra os Garantidores, que, de acordo com o melhor conhecimento da Emissora e dos Garantidores razoavelmente poderia, individual ou conjuntamente, ter um Efeito Adverso Relevante;
- (n) a Emissora e os Garantidores mantêm cobertura de seguro com seguradoras de reconhecida capacidade financeira contra perdas e riscos e em valores que estão de acordo com a região geográfica e os negócios em que estão engajadas; a Emissora e os Garantidores não têm qualquer razão para acreditar que a Emissora ou os Garantidores não conseguirão renovar os seguros existentes quando expirar a cobertura ou obter cobertura conforme necessário para dar continuidade aos seus negócios a um custo que não resultaria razoavelmente em Efeito Adverso Relevante;
- (o) a Emissora e os Garantidores mantêm um sistema de controle interno de contabilidade suficiente para garantir razoavelmente que: (i) as operações sejam executadas de acordo com as autorizações gerais e específicas da administração da Emissora e dos Garantidores; (ii) as operações sejam registradas conforme necessário para permitir a elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e para manter contabilidade dos ativos da Emissora e dos Garantidores; (iii) o acesso aos ativos da Emissora e dos Garantidores seja permitido apenas de acordo com as autorizações gerais e específicas da administração; e (iv) os ativos registrados na contabilidade da Emissora e dos Garantidores sejam comparados com os ativos existentes em intervalos razoáveis de tempo e as medidas apropriadas sejam tomadas em relação a quaisquer diferenças; exceto onde a não manutenção de um sistema de controle interno de contabilidade não possa razoavelmente resultar em um Efeito Adverso Relevante;

- (p) a Emissora e os Garantidores possuem e detêm o título de todas as patentes, direitos de patente, marcas comerciais, marcas de serviço, nomes e bandeiras comerciais, direitos autorais e obras sob direitos autorais, segredos comerciais e informações comerciais confidenciais, *software* e outros direitos de propriedade intelectual similares necessários para capacitá-las a continuar conduzindo seus negócios da forma como são atualmente conduzidos, exceto onde a falta deste título não possa razoavelmente resultar em um Efeito Adverso Relevante;
- (q) na Data de Liquidação e, imediatamente após, a Emissora, após ter efetuado a colocação das Debêntures, será solvente, nos termos da legislação brasileira;
- (r) a Emissora e os Garantidores não omitiram do Coordenador Líder e do Agente Fiduciário nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa razoavelmente resultar em Efeito Adverso Relevante;
- (s) todas as informações (consideradas como um todo) prestadas pela Emissora e pelos Garantidores ao Coordenador Líder e ao Agente Fiduciário anteriormente, ou concomitantemente, à presente data, para fins de análise e aprovação da emissão das Debêntures, são corretas, verdadeiras, consistentes e suficientes em todos os seus aspectos relevantes na data na qual referidas informações foram prestadas e não omitem qualquer fato relevante necessário para fazer com que referidas informações (consideradas como um todo) não sejam enganosas em referido tempo à luz das circunstâncias nas quais foram prestadas;
- (t) as demonstrações financeiras auditadas da Emissora, da Julio Participações e da Ribeira Imóveis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 são verdadeiras, completas e corretas em todos os aspectos relevantes na data em que foram preparadas; refletem, de forma clara e precisa, a posição financeira e patrimonial, os resultados, operações e fluxos de caixa da Emissora e dos Garantidores no período e foram auditadas pela Terco Grant Thornton Auditores Independentes S.S., que emitiu parecer de auditoria sobre essas demonstrações financeiras sem qualquer ressalva;
- (u) as demonstrações financeiras da Emissora, da Julio Participações e da Ribeira Imóveis acima referidas foram elaboradas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, que foram aplicados de maneira consistente nos períodos envolvidos, e desde a data das demonstrações financeiras mais recentes, não houve, no melhor entendimento da Emissora, do Julio Participações e da Ribeira Imóveis, nenhum fato que pudesse razoavelmente causar um Efeito Adverso Relevante à Emissora e/ou ao Julio Participações e/ou à Ribeira Imóveis;

- (v) a Emissora e os Garantidores ou qualquer de seus bens não possuem qualquer imunidade em relação à competência de qualquer tribunal no Brasil ou em relação a qualquer ato judicial (quer por meio de citação ou notificação, penhora antes da decisão, penhora em garantia de execução da decisão judicial, quer de outra forma) nos termos das leis da jurisdição de sua constituição, exceto com relação aqueles bens que são objeto de concessões governamentais e considerados de interesse público; e
- (w) todas as declarações e garantias relacionadas à Emissora e aos Garantidores, que constam dos Documentos da Oferta, são, na data de assinatura desta Escritura, verdadeiras, corretas, consistentes e suficientes.

11.2. Para fins desta Cláusula, “Efeito Adverso Relevante” significa qualquer circunstância ou fato, atual ou contingente, alteração ou efeito sobre a Emissora e/ou sobre os Garantidores, consideradas em conjunto, que, a critério fundamentado e de boa fé dos Debenturistas, modifique adversamente a condição econômica, financeira, jurídica ou de qualquer outra natureza, da Emissora e/ou dos Garantidores, consideradas em conjunto, de modo a afetar a capacidade da Emissora e/ou dos Garantidores de cumprir suas obrigações decorrentes dos Documentos da Oferta, da Emissão e/ou da Oferta.

## **CLÁUSULA XII DISPOSIÇÕES GERAIS**

### **12.1. Comunicações**

As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

**Para a Emissora:**

**Júlio Simões Logística. S.A.**

Av. Angélica, nº 2.346, parte B do escritório nº 161, 16º andar, Consolação

CEP 01228-200 São Paulo - SP

Tel.: (11) 4795 7012

Fax: (11) 4727-2091

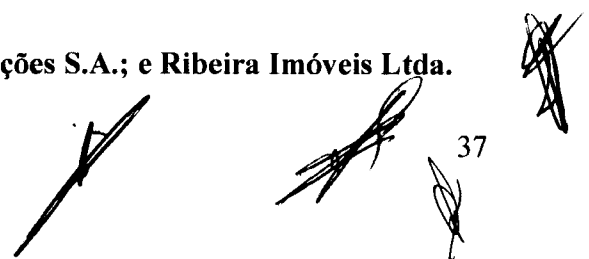
At.: Sra. Viviane Rodrigues

E-mail: [viviane@juliosimoes.com.br](mailto:viviane@juliosimoes.com.br)

**Para os Garantidores:**

**Fernando Antonio Simões; Julio Simões Participações S.A.; e Ribeira Imóveis Ltda.**

Avenida Saraiva, nº 400, Mogi das Cruzes

Handwritten signatures and the number 37.

CEP 08745-140 - SP  
Tel.: (11) 4795-7012/ 4795-2091  
Fax: (11) 4727-2091  
E-mail: viviane@juliosimoes.com.br

**Para o Agente Fiduciário:**

**Oliveira Trust DTVM S.A.**

Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, sala 205  
CEP 22640-100 – Rio de Janeiro - RJ  
At.: Gustavo Dezouart / Maria Carolina Abrantes  
Tel: (21) 3514-0000  
Fax: (21) 3514-0099  
E-mail: gustavo@oliveiratrust.com.br e agente@oliveiratrust.com.br

**Para o Banco Mandatário:**

**Banco Bradesco S.A.**

Vila Yara, Cidade de Deus - Prédio Amarelo - 2º Andar  
CEP 06029-900 - Osasco – SP  
4010-0 / Departamento de Ações e Custódia  
Custódia, Controladoria e Depositário  
Escrituração de Ativos  
At.: Hamilton José de Brito  
Tel.: (11) 3684-9441  
Fax: (11) 3684-2811  
E-mail: 4010.hamilton@bradesco.com.br

**Para a CETIP**

**CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos**

Rua Líbero Badaró, nº 425, 24º andar  
CEP 01009-000 - São Paulo - SP  
Tel: (11) 3111-1596  
Fax: (11) 3111-1564

As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios, por fax ou por correio eletrônico nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os originais dos documentos enviados por fac-símile ou correio eletrônico deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem.

## **12.2. Renúncia**

Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura, desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

## **12.3. Despesas**

Todas e quaisquer despesas incorridas com a Emissão e a Oferta ou com a execução de valores devidos nos termos desta Escritura (incluindo a Fiança), incluindo publicações, inscrições, registros, averbações, contratação do Agente Fiduciário e dos prestadores de serviços e quaisquer outros custos relacionados às Debêntures, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora e dos Garantidores.

## **12.4. Título Executivo Extrajudicial e Execução Específica**

Esta Escritura, as Debêntures e a Fiança constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, reconhecendo as partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 461, 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura.

## **12.5. Disposições Gerais**

12.5.1 Esta Escritura é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus sucessores a qualquer título.

12.5.2 A invalidação ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas desta Escritura não afetará as demais, que permanecerão sempre válidas e eficazes até o cumprimento, pelas partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidação ou nulidade de qualquer cláusula desta Escritura, as partes desde já se comprometem a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, nesta Escritura, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o



39

objetivo das partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.

#### **12.6. Lei Aplicável**

Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

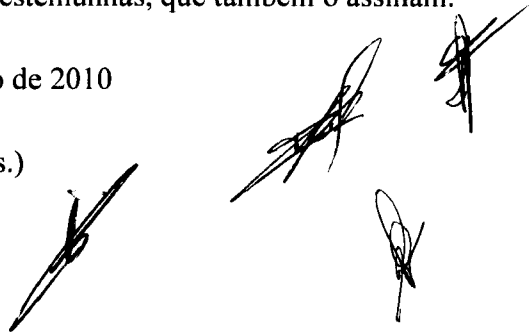
#### **12.7. Foro**

Fica eleito o foro Comarca da Capital do Estado de São Paulo, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou possa vir a ser.

Estando assim, as partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

São Paulo, 10 de junho de 2010

(As assinaturas seguem nas 3 (três) páginas seguintes.)

Handwritten signatures of the parties and witnesses, including a large signature on the left and three smaller ones on the right.



*Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória e com Garantia Adicional Real, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Júlio Simões Logística S.A.*

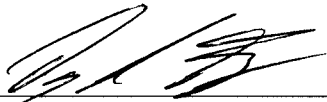
**JÚLIO SIMÕES LOGÍSTICA S.A.**

Nome:

Cargo:

Nome:

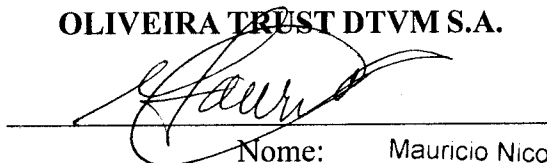
Cargo:

  
DENIS MARC FERRAZ

DIRETOR EXECUTIVO, ADM. e Finance.

*Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória e com Garantia Adicional Real, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Júlio Simões Logística S.A.*

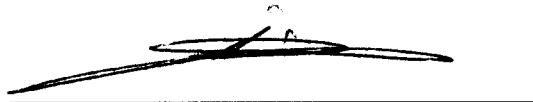
**OLIVEIRA TRUST DTVMS.A.**



Nome: Mauricio Nicodemos  
RG: 22.539.541-1  
Cargo: CPF: 301.468.238-18

*Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória e com Garantia Adicional Real, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Júlio Simões Logística S.A.*

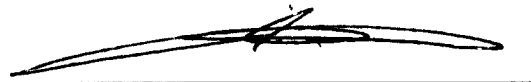
**FERNANDO ANTONIO SIMÕES**



Nome:

CPF:

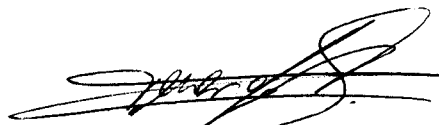
**JULIO SIMÕES PARTICIPAÇÕES S.A.**



Nome:

Cargo:

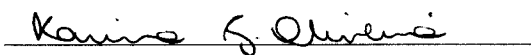
**RIBEIRA IMÓVEIS LTDA.**



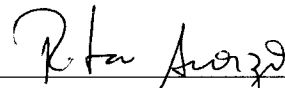
Nome: **FERNANDO A. SIMÕES FILHO**

Cargo: **Diretor Presidente**

Testemunhas:



Nome: **Karina Galdino de Oliveira**  
CPF: **RG 25.758.558-8**  
CPF: **303.180.280-00**



Nome: **Rita Scorzo**  
CPF: **RG 19.144.022-X**  
CPF: **104.407.778-60**

